

IDENTIDADE LINGÜÍSTICA O CONCEITO EM DISCUSSÃO

Leila Salomão Jacob Bisinoto

Universidade do Estado de Mato Grosso

Uma palavra não é um conceito.

G. Canguilhem

A palavra *identidade* não é nova. Já era usada por Aristóteles para explicar sua teoria de unidade de substância, aplicada à relação entre termos lingüísticos, ou à essência dos seres, ou à duplicação lógica de um mesmo ser. Foi empregada na filosofia medieval como constituinte de um princípio da lógica, o Princípio da Identidade: “qualquer termo é igual a si mesmo”. Na idade moderna, a filosofia e a matemática continuaram a se utilizar do termo para explicar seus tratados. Entretanto, a noção de identidade que hoje povoa o senso comum, assim como os conceitos de identidade formulados no campo das ciências humanas e sociais são constructos novos no pensamento humano, surgiram no século XIX, a partir da evolução da idéia de pessoa, “desdobrada da própria consciência do eu e da identidade reflexiva e afetiva que cada um de nós atribui à originalidade de sua própria individualidade”. (Brandão, 1986, p.27)

Percebe-se que apesar de ser relativamente nova essa visão sobre a realidade do homem – sua identidade de pessoa e de membro de uma sociedade – ela já provocou uma ebulição no pensamento dos estudiosos, ebulição esta que, tendo atravessado todo o século passado, alcança hoje um estágio de perplexidade diante da nova (des)ordem mundial, em que as fronteiras se diluem, desde o plano pessoal ao econômico, ao lingüístico, ao físico-espacial. Agrega-se a esse apagamento gradativo de circuitos os efeitos do avanço das pesquisas genéticas que lançam por terra a idéia de raça, nivelando os humanos do planeta ao mesmo código de origem e balançando as estruturas dos ideários segregacionistas. Neste contexto diverso, a palavra *identidade* pode adquirir sentidos inusitados e obscurecer outros aparentemente cristalizados.

O emprego indiscriminado de uma palavra na língua corrente nivela – mais do que revela – seus sentidos. O funcionamento ideológico do termo define parte de seu significado no domínio do senso comum, que se cristaliza no imaginário coletivo e produz uma unicidade igualmente imaginária de sentidos, uma espécie de “conceito generalizado” que se adequa às mais diversas situações. É comum a acepção de identidade como a do conjunto de atributos inerentes ao indivíduo ou ao sujeito jurídico, aquilo que o torna distinto do outro e lhe assegura um lugar reconhecido no mundo e na sociedade. Não estranha que no Brasil a palavra seja reduzida a sinônimo da cédula de Registro Geral do cidadão e que sejam facilmente compreensíveis para todas as pessoas expressões como “falsa identidade”, a que tipifica um delito penal como, por exemplo, o da mulher que se passa por enfermeira para seqüestrar uma criança na maternidade.

No âmbito da ciência é ampla a convicção de que a palavra não se vincula automaticamente ao conceito. Dominique Lecourt (1980, p.66), analisando as teses de Bachelard e Canguilhem sobre a história das ciências, reconhece-lhes, dentre tantos, um ponto comum:

... não é possível nenhuma dedução mecânica da presença da palavra no conceito. E ainda: uma mesma palavra pode abarcar conceitos diferentes (...) As metáforas e as analogias devem ser analisadas e transportadas ao seu ponto de origem.

É assim que, defende Canguilhem, quando se faz uma história de conceitos, é mais importante pensar a filiação desses conceitos do que o encadeamento das teorias que os propuseram. Isto porque, quando se define um conceito, formula-se um problema, e todo problema requer a presença de outros conceitos, não necessariamente constitutivos de uma mesma teoria. Também Bourdieu (1983) alerta para o risco dos automatismos verbais que tendem a fetichizar os conceitos, sob um controle purista e lógico que os fossiliza; segundo o sociólogo, um conceito bem formulado e bem controlado faz surgirem muitos outros, “mais reais”, e evita reducionismos. Não é diferente o pensamento de Lévi Strauss (Apud Coelho, 1967, p.43):

o verdadeiro lingüista sabe bem que a significação não é um atributo dos termos, mas resulta da sua permuta em todos os contextos onde eles são susceptíveis de aparecer.

Diante da complexidade do assunto, definimos nosso limite neste trabalho. De antemão é necessário esclarecer que presentemente não é de nosso interesse a abordagem psicológica ou psicanalítica do conceito de identidade.

de; ora tratamos de identidade relacionada à forma/estrutura (lingüística), ora da identidade humana coletiva (étnica, social, nacional), sem penetrar no âmbito da individualidade. Pretendemos apresentar, em primeiro plano, algumas referências à identidade no campo da Antropologia (identidade étnica) e no domínio dos estudos da linguagem, percorrendo as idéias de alguns teóricos. A partir daí, procuramos observar o percurso do conceito de identidade lingüística na relação entre as diferentes formulações.

Antropologia e identidade

A idéia de identidade pressupõe relações humanas em determinados contextos e não se separa, portanto, da noção de alteridade, muito embora esta noção varie intensamente sob as diferentes visões. À Antropologia interessam, sobretudo, as relações interétnicas, vinculadas à idéia de nacionalidade (nação) e as representações culturais, entendidas aqui como representações simbólicas do mundo refletidas nas formas da organização, da vida e do trabalho social. A *etnicidade* (ou *etnia*), segundo Brandão (1986) se define a partir da distinção de grupos humanos (grupos étnicos) através de critérios que vão de aspectos biológicos a diferenças sociais.

Para a Antropologia, as categorias *status* e *papel* são referentes importantes para explicar a identidade (Idem, p. 35), pois atribuem a posição e a relação das pessoas na sociedade. E isto se dá por meio da nomenclatura – da pessoa, da profissão, da religião, do grupo étnico, etc. Assim, quando nos referimos aos “judeus” ou aos “xavantes”, já nos ocorrem as categorias que identificam o grupo determinado, os referenciais de toda ordem que o tornam diferente, que o individualizam perante outros grupos.

Quando falam de identidade, a idéia de pessoa está muito presente no discurso dos antropólogos. Não no sentido psicológico ou psicanalítico – o eu/ego consciente de sua existência e de sua individualidade –, mas com o entendimento de que “... não é fácil separar a dimensão individual da construção e do exercício cotidiano da identidade de sua dimensão social. Na verdade, de suas várias dimensões sociais e socialmente simbólicas”. (Ibidem, p.39). Desta forma, é o sujeito (pessoa) que, na coletividade, constitui um grupo social. A identidade étnica é, portanto, um componente de um sistema interétnico que se constitui a partir do contato e das relações que se estabelecem entre grupos diferentes. Segundo o autor, as relações referidas nessa perspectiva não servem para designar “tipos sociais” em si mesmos, como é do interesse da Psicologia, mas “categorias de pessoas, de povos, de minorias, constituídos *assim*, através das *relações sociais*”. (p.47)

A obra que vimos citando neste tópico trata prioritariamente do contato interétnico de alguns grupos indígenas do Brasil com a sociedade regional, do controle que lhes foi impingido pelas agências e pela sociedade nacional

e de como essa história de dominação alterou a vida desses grupos nas dimensões de autonomia, formas originais de vida e de organização social. Portanto, a questão da alteridade nas relações sociais – sempre conflitante e conflituosa, porque concebida na relação entre diferentes-desiguais – torna-se patente nas suas conseqüências mais agudas. Vale a pena transcrever um trecho em que o autor fala dessa relação com o outro como fator de constituição de identidade: “... as identidades são representações inevitavelmente marcadas pelo confronto com o outro; por se ter de estar em contacto, por ser obrigado a se opor, a dominar ou ser dominado, a tornar-se mais ou menos livre, a poder ou não construir por conta própria o seu mundo de símbolos e, no seu interior, aqueles que qualificam e identificam a pessoa, o grupo, a minoria, a raça, o povo”. E ressalta que a constituição das identidades vai além dessa oposição por contraste, ela resulta ainda do reconhecimento social da “diferença”: “A construção das imagens com que sujeitos e povos se percebem passa pelo emaranhado de suas culturas, nos pontos de intersecção com as vidas individuais. Ela tem a ver, ali, com processos ativos de conflito, luta, manipulação” (p.42).

Até onde se pode perceber, identidade étnica e identidade social são expressões usadas sem muita distinção na linguagem antropológica. Aquela é entendida como uma variação desta, e contêm, ambas, uma mesma caracterização, desde o processo com que se formam (identificação) até o “produto” desse processo (identidade propriamente dita). Falando de dominação e de transferência de identidades entre grupos indígenas, Brandão comenta, a propósito: “Estamos (...) diante do suposto de que a identidade social, ou de uma de suas variantes, a identidade étnica, não são coisas *dadas*. Não são algo peculiar a um grupo social porque ele é naturalmente *assim*. Ao contrário, são construções, são realizações coletivas motivadas, impostas por alguma ou algumas razões externas ou internas ao grupo, mas sempre e inequivocamente realizadas como um trabalho simbólico dele, *em sua cultura e com a sua cultura*”. (p.110)

No domínio da Antropologia Social, Goffman (1980) apresenta uma noção ambivalente de identidade social. Segundo esse autor, pode-se aplicar à vida em sociedade a existência de uma *identidade social virtual* e a de uma *identidade social real*. A primeira encerra as suposições, expectativas e demandas efetivas que a sociedade imputa (ou idealiza relativamente) a seus membros; seriam as concepções de caráter normativo que estabelecem o lugar, a conduta social, a aparência, enfim, os atributos que incluem o indivíduo na sociedade de forma total. Por outro lado, a categoria e os atributos que o indivíduo, na realidade, prova possuir configuram sua identidade social real. Como se pode observar, esta visão está centrada na idéia de indivíduo (porém, inserido no meio social), cujos “desvios” do padrão produzem o estigma, ou seja, marcam

a discrepância entre essas duas formas de identidade. A identidade social, portanto, se constitui nas características dos indivíduos, convencionadas e impostas. Existe um plano ideal (virtual) de atributos pessoais e de convivência social no qual os indivíduos se espelham e o qual perseguem como regra de existência para se incluir socialmente.

A linguagem humana aparece, no domínio da antropologia moderna, como fator *sine qua non* de constituição identitária e elemento fundamental da cultura. A língua, nesta perspectiva, é instrumento (primordial) de transmissão de histórias, valores e crenças, comunicação do pensamento, meio de expressão de emoções e sentimentos. Desta forma, funciona como definidora de identidades ao mesmo tempo em que possibilita/estabelece/facilita as relações sociais entre os membros do grupo.

Lingüística e identidade

À Lingüística, evidentemente, interessa operar o conceito de identidade no terreno da língua/linguagem. A palavra identidade, no percurso dos movimentos lingüísticos e das diferentes linhas teóricas, possui um caráter marcadamente polissêmico, aplicando-se ora aos fenômenos internos da língua, ora às questões sociopolíticas inerentes a ela. Assim sendo, parece sempre pertinente o termo “identidade lingüística”, mesmo que se esteja lidando com sentidos diferentes. Resta definir a filiação desses conceitos, conforme recomenda Canguilhem, para compreender o objeto sob os diferentes ângulos teóricos. E, ao que parece, eles são pelo menos quatro:

- 1) – o que estabelece a relação entre *diferentes línguas*;
- 2) – o que o faz entre *identidade e sistema lingüístico*;
- 3) – o que relaciona *identidade e sociedade de falantes*;
- 4) – o que aborda a questão de *identidade e língua nacional*.

No primeiro caso, a noção de identidade lingüística é formulada pelos estudos comparativistas do século XIX e evoca o sentido de similitude ou parença entre as línguas, quando o objetivo da Lingüística era basicamente buscar a origem comum de todas elas. No caso (2), são exemplares alguns conceitos da teoria saussuriana, fundada na concepção de língua como sistema fechado; a noção de identidade funciona aqui como fator de coerência interna dos fenômenos lingüísticos. No caso (3), esse sistema fechado, a língua, porque sistematizável, poderá funcionar como elemento identificador de uma comunidade de fala, pois que representa a “súmula” de qualquer cultura; situa-se, portanto no campo da Etnolingüística e outros afins. No caso (4), a identidade lingüística é explicada no plano histórico/político de afirmação/legitimação de uma língua como fator constitutivo de

nação e nacionalidade (entendida aqui diferentemente do conceito antropológico de agrupamento étnico); este caso é do interesse dos estudos relacionados à História das Idéias Lingüísticas, especialmente da Análise de Discurso e das teorias semânticas e enunciativas.

Sob essas diferentes perspectivas, os conceitos de identidade lingüística diferem em definição, foco e funcionamento, assim como são diferentes algumas de suas noções constitutivas, como a unidade e a alteridade, conforme veremos adiante.

Falemos um pouco de cada caso.

1- *Identidade entre línguas*

A lingüística histórico-comparativa, que ocupou grande parte do pensamento e exigiu a diligência dos estudiosos da língua no século XIX, visando à reconstrução de uma língua-mãe para todas as línguas, constrói uma noção de identidade lingüística com o sentido de semelhança, correspondência, analogia. Na associação que se fazia das línguas, os fenômenos lingüísticos, gramaticais ou sonoros que, em essência, demonstravam uma parecença entre elas ou indiciavam uma mesma origem, estabeleceriam uma “identidade” entre essas línguas.

Mesmo que a palavra *identidade* não estivesse sendo empregada naquele momento, ela vem operar, com esse sentido, no século XX. A “identidade essencial” (identidade em essência) foi, segundo Mattoso Câmara (1971, p.239), uma convicção que orientou os estudos diacrônicos de Edward Sapir nas primeiras décadas do século passado, quando o pesquisador norte-americano realizava associações freqüentes entre a lingüística histórico-comparativa indo-européia e a ameríndia.¹

Segundo a narrativa de Mattoso, esse exercício de cotejamento e a descoberta de traços afins em línguas “aparentemente” tão diversas parecem ter robustecido a recusa de antropólogos e lingüistas americanos ao conceito de “primitivas” – em oposição a “civilizadas” – para as línguas aborígenes, justamente porque *em essência* elas se identificam.

A identidade lingüística assim representada, concebida nas relações de parentesco entre as línguas, desloca o sentido de oposição comumente atribuído à alteridade: neste caso, o outro (ou seja, a outra língua) precisa ser o *igual* – não o diferente – para que se reconheça a identidade. A diversidade deve ser apenas aparente, já que a semelhança dos fenômenos lingüísticos é que interessa quando se persegue uma origem comum para todas as línguas.

Nesta perspectiva parece não entrar em jogo um sujeito da linguagem, não interessa a identificação de quem fala, senão para localizar no tempo e no espaço traços lingüísticos que constituem pistas para o cotejamento de línguas. A referência a povos ou comunidades de falantes

não funciona propriamente como indício de identidade de sujeitos, mas de formas lingüísticas. A identidade é a identidade das línguas entre si nas suas relações de parentesco.

2 – *Identidade e sistema lingüístico*

Saussure (1995) aplica à noção de identidade a dicotomia sincronia/diacronia. A noção de identidade diacrônica, calcada nos estudos dos gramáticos e filólogos comparativistas (ele próprio um deles, por formação), é, para o autor, uma questão delicada, considerando-se que “é impossível que o som [produzido em diferentes épocas e diferentes lugares] dê conta, por si só, da identidade” (p 212). Em contrapartida, a noção de identidade sincrônica (associada a outras, como “realidade” e “valor”) é imprescindível para que se faça a idéia de unidade lingüística. Nesta visão sincrônica, a identidade se realiza entre termos da língua, ou melhor dizendo, manifesta-se em um “estado de língua”. Tal noção exclui a fala e explica relações intralingüísticas, mecanismos internos da língua – não da linguagem, como assim mesmo quer o autor – dissociados do social e do histórico.

Ainda não é aqui que se leva em conta o falante quando se opera com o conceito de identidade. Para Saussure, a língua independe dos falantes, embora seja ela uma instituição social. A língua não constitui uma função do falante, ao contrário da fala – esta sim, um “ato de vontade e inteligência”, porém, de caráter individual. Como conciliar essas posições paradoxais postas por Saussure: os objetos língua (social) e fala (individual) não estão estreitamente ligados e se implicam? Na concepção do autor, a resposta está em que “a língua existe na coletividade sob a forma duma soma de sinais depositados em cada cérebro, mais ou menos como um dicionário cujos exemplares, todos idênticos, fossem repartidos entre os indivíduos. Trata-se, pois, de algo que está em cada um deles, embora seja comum a todos e independa da vontade dos depositários” (p.27).

Na bifurcação de domínios estabelecida por Saussure está, de um lado, a língua, que, homogênea e social, é estudada enquanto sistema de signos, de que se conhece somente sua ordem própria; de outro, a fala, cujas manifestações são individuais e momentâneas.

É importante que aqui façamos um deslocamento e lancemos um olhar sobre alguns outros aspectos, constantes do “Curso” de Saussure, que poderão facilitar a reflexão sobre a subsequência no percurso de sentidos da palavra identidade no campo da linguagem. Saussure, ao tempo em que excluiu dos fundamentos científicos da Lingüística moderna tudo o que fosse “externo” à língua enquanto organismo, reconheceu a importância do que denominou “Lingüística externa”, aquela que pode se intersectar com a Etnologia e desenvolver estudos que explicitem as possíveis relações entre a história de uma língua e de uma raça ou de uma civilização:

“Os costumes de uma nação têm repercussão na língua e, por outro lado, é em grande parte a língua que constitui a Nação” (p.29). O autor menciona ainda as relações existentes entre a língua e a história política, os grandes acontecimentos históricos e a colonização que, segundo ele, “... não é senão uma forma de conquista, [que] transporta um idioma para meios diferentes, o que acarreta transformações nesse idioma”. Considera também como estudos importantes da alçada da Lingüística externa “as relações da língua com instituições de toda espécie”, cabendo ao lingüista examinar “as relações recíprocas entre a língua literária e a língua corrente”. E ainda “tudo quanto se relaciona com a extensão geográfica das línguas e o fracionamento dialetal”.

As alusões do autor a essas relações de reciprocidade entre língua e etnia, vínculos sociais e comunidades de língua, constituição de unidade nacional, etc, à primeira leitura, parecem meramente ilustrativas, ou, melhor dizendo, soam como casuais recomendações de estudos a outros campos teóricos. Um olhar mais atento nos permite perceber que, ao delegar a outros pesquisadores a tarefa de tais investigações, ele os coloca numa direção oblíqua à sua e preserva os limites do método que criou para a Lingüística geral, aquele que propõe estudar a língua enquanto sistema, desvinculado da fala. Desse movimento resulta a restrição do termo “identidade” ao sistema formal de seu objeto de estudo – a língua. Entretanto, desde seus seguidores imediatos até os dias de hoje, muito se tem pensado e falado sobre a relação entre identidade e língua/linguagem, não apenas no terreno circunscrito aos fatos intralingüísticos.

3 – *Identidade e sociedade de falantes*

Tomemos, neste tópico, a posição representada pelo brasileiro Mattoso Câmara, de cuja extensa obra, em princípio fundada no estruturalismo formal, é possível extrair importantes contribuições para a lingüística descritiva de base antropológica e, portanto, para o estudo das relações entre língua e cultura, dentre outros aspectos inerentes à “Lingüística externa” sugerida por Saussure.

Em 1953, na primeira Reunião de Antropologia, realizada no Rio de Janeiro com o fim de promover um encontro entre os antropólogos brasileiros e pesquisadores de ciências afins, esse autor apresentou um Relatório (Mattoso Câmara, 1975) no qual chamava a atenção para a necessidade de formação lingüística para os antropólogos. Assegurava que esse conhecimento sistemático lhes possibilitaria o acesso ao método e à técnica de pesquisa para a compreensão do que ele chamou de “fenômeno cultural básico” – a língua. Na leitura de sua proposta é possível observar o lingüista (estruturalista) dizer ao estudioso de outra área das ciências humanas:

A língua é um sistema organizado, passível de sistematização; os sons e os traços característicos de uma língua podem ser classificados; desta forma uma análise fônica poderá possibilitar a apuração e o controle do que se ouviu; os princípios dos alfabetos fonéticos desenvolvidos pela Fonética Descritiva representam um processo seguro de anotação lingüística; uma análise mórfica lhe indicará as formas de funcionamento da língua e lhe mostrará que identificar vocábulos é um propósito secundário diante da possibilidade de depreender com segurança, com método e rigor, os morfemas que configuram a gramática de uma língua; por seu turno, o conhecimento das categorias gramaticais de uma língua poderá lhe facultar pelo menos duas coisas: o entendimento de que cada língua tem um quadro de categorias específico e o discernimento de 'incongruências' entre função e forma...

Como se pode perceber, nas recomendações de estudos lingüísticos feitas aos antropólogos brasileiros, Mattoso Câmara enuncia um conceito de identidade lingüística: aquele em que a identificação de aspectos e fatos da língua, "...um sistema praticamente fechado, mormente no que diz respeito a seus fonemas e morfemas" (p.263), será capaz de indicar a "forma" como se exprime uma coletividade humana específica. Quando defende que a língua é parte integrante da cultura, Mattoso ressalva que ela "é, porém, parte autônoma, que se opõe ao resto da cultura, (...) tem individualidade própria, que deve ser estudada em si" (p.273). Tal ressalva, que tem origem na doutrina de Franz Boas e na sua "convicção de que não há qualquer relação necessária entre uma estrutura lingüística e a cultura material e espiritual que ela comunica, consubstancia e transmite" (Idem, p.232), aponta para o sentido de que a descrição da forma lingüística e a observação de suas regras não se prestam a interpretar e dizer o mundo, conforme o pensamento que preside as formulações da Antropologia contemporânea quando estuda os fenômenos lingüísticos, mas possibilita a identificação cultural e espacial de uma sociedade de falantes. O conhecimento das formas (processos e categorias) lingüísticas facilita o reconhecimento e a caracterização do grupo ou indica o pertencimento do indivíduo a determinado grupo.

Não se pode, porém, omitir que Sapir, conforme descreve Mattoso Câmara (1990), percebeu as profundas implicações adicionais que acarretaria o estudo da Lingüística dentro da Antropologia, no sentido de que as inter-relações entre língua e pensamento possibilitariam ver "até que ponto a língua é levada a infringir a atividade mental de uma comunidade lingüística e a dirigir a visão coletiva da vida e do universo dentro daquela

comunidade” (p.171). Segundo Mattoso, essa proposta de intersecção disciplinar incluía sugestões para uma visão semântica da língua. Portanto, ao lado do estudo descritivo de padrões lingüísticos e do estudo da mudança (“impulso”) estrutural da língua, há um aceno para a ampliação dos horizontes da pesquisa lingüística com inserção no psicológico e no social. Muito embora o desenvolvimento dessa perspectiva tenha sido apenas iniciado por Sapir, evoluiu posteriormente para teorias mais completas. Quando fala aos antropólogos brasileiros, Mattoso ainda não chega a tanto, mas está lá a proposta de inter-relação disciplinar.

Expostas estas considerações, sobrevém uma pergunta: haveria alguma distinção de fundo entre as “recomendações” de Saussure e as de Mattoso aos estudiosos de outras áreas das ciências sociais?

Se há, é de ordem funcional. O que não é pouca coisa. Mattoso preserva a idéia saussuriana que situa as ciências sociais em território externo ao da Lingüística moderna, a que concebe (e elege) a língua como objeto de estudo em si mesma. Entretanto, não apenas disponibiliza aos antropólogos as noções e conceitos, métodos e instrumentos lingüísticos, como explicita sua destinação, instrui sua utilização e advoga a importância de sua aplicação para a pesquisa antropológica. Propor a articulação dessas duas áreas do conhecimento, a Antropologia e a Lingüística, significa dar um passo à frente do estruturalismo que privilegia a forma, isto é, significa alvitar um caminho diferente, não apenas para a Antropologia, mas para a própria Lingüística. Um caminho cujo ponto de partida é a sociedade, lugar em que o falante é considerado como parte constitutiva, não ainda enquanto sujeito, mas sinalizando para a construção dessa idéia.

A proposição de que a língua é capaz de identificar representa um avanço rumo ao entendimento de identidade enquanto processo, isto é, a compreensão de que a identidade não se constitui numa origem, nem se estabiliza em determinado estado, mas compreende um movimento na história e no social, tem corpo que se altera e se desloca.

4 – Identidade e língua nacional

Antes de adentrar este terreno, parece prioritário tecer algumas considerações, breves e mínimas que sejam, sobre os conceitos de nação e língua nacional. A associação da identidade lingüística à noção de nacionalidade não foi historicamente uma questão pacífica. Ainda nos dias atuais continuam sem sustentação algumas idéias defendidas em vários momentos do passado, como a de que ser falante nativo de determinada língua, ou adotá-la por opção ou coerção, garanta a alguém (ou a um grupo de pessoas) a condição da nacionalidade ou uma identidade nacional. A relação entre língua e nação/nacionalidade é algo muito mais complexo do que parece na superficialidade; trata-se de um processo em que esteve (e

está) em jogo um sem-número de questões quase que eminentemente políticas, mas também econômicas, administrativas, tecnológicas.

Hobsbawm (2002) descreve um longo percurso de significação da palavra *nação*. Oriunda das línguas românicas, em diferentes lugares e diferentes línguas, a palavra já foi utilizada como sinônimo de “estranheiro” (“nações de mercadores”), designou grupos de estudantes das antigas universidades, significou província, estamento social, unidade étnica, etc. Entretanto, é no período que o historiador chama de “era das revoluções” (especialmente a Francesa) que o conceito de nação começa a aparecer vinculado às idéias de liberdade, soberania, independência, representação política própria. Segue-se que no apogeu do liberalismo burguês (1830-1880) o desejo de nação – ou o “princípio da nacionalidade” – tornou-se um mote importante na política internacional. Embora movido por interesses e ideologia muito especiais diante do cenário europeu do século XIX, o Brasil foi afetado por esses movimentos autonomistas, com vistas à construção de uma identidade nacional, cujos elementos de identificação, expressões fundamentais de distinção, soberania e unidade, fossem capazes de justificar e consolidar a plenitude de um Estado nacional, política, intelectual e socialmente independente.

Pelo menos dois fatores distinguem substantivamente o movimento identitário brasileiro do europeu e do asiático, relativamente à língua. Primeiramente considere-se o fato de que, se na Europa desse período, dentre os critérios que permitiriam a um povo ser claramente definido como nação estava aquele “dado pela existência de uma elite cultural longamente estabelecida, que possuísse um vernáculo administrativo e literário escrito” (Idem, p.49), no Brasil a constituição de uma “língua nacional” por esses critérios passava a compor, de forma destacada, o rol das demandas emergentes, por se tratar de um país secularmente colonizado, sem tradição literária. A questão era como eliminar a idéia de que o português do Brasil não passava de um dialeto do português de Portugal (Cf. Guimarães & Orlandi, 1996), considerado por muitos a língua “pura e legítima”, afetada por uma hibridez lingüística amorfa na ex-colônia pluriétnica. Em segundo lugar, se naquele momento em que se conformavam as nações européias e asiáticas, “as línguas se multiplicaram com os Estados e não o contrário” (Hobsbawm, p.78), não se pode dizer que tenha havido no Brasil um movimento radical nesta ou naquela direção. Até porque não consta que aqueles países buscassem propriamente, como o Brasil buscava naquele período, a afirmação de uma identidade com base na “construção” de uma língua. A questão por lá passava por uma reorganização territorial e política, em que as diferentes línguas, já constituídas nas suas formas, poderiam funcionar como fatores de supremacia ou de desvantagem ao se estabelecerem os Esta-

dos-nação. Ocorria, portanto, uma espécie de distribuição (ou redistribuição) lingüística que contribuía para a hierarquização do poder e o estabelecimento do domínio de terras, povos e governos. A constituição de uma língua brasileira, de outra forma, seguiu contígua, ou melhor, foi constitutiva da formação do Estado brasileiro, conforme veremos.²

Relativamente ao primeiro caso mencionado no parágrafo anterior, as especificidades da língua portuguesa falada no Brasil, dentre outros fatores, possibilitaram aos estudiosos brasileiros reivindicar uma autonomia lingüística. Segundo Guimarães (1996), o século XIX foi marcado por uma intensa produção intelectual no Brasil, visando a demonstrar que a língua falada e escrita no país era diferente da de Portugal. Este empenho incluía estudos lexicográficos, filológicos e, sobretudo, gramaticais. A produção de instrumentos lingüísticos específicos da língua falada no Brasil (gramáticas, dicionários, vocabulários, etc), elaborados por brasileiros no século XIX e início do XX, representou um forte elemento de identificação nacional, porém não isoladamente.

Hobsbawm postula que “o nacionalismo lingüístico refere-se essencialmente à língua de uso oficial e da administração pública” (p.116), ou seja, à língua institucionalizada, como a que se ensina na escola formal, por exemplo. E que esse movimento de nacionalização requer, em primeira instância, “o controle do Estado ou ao menos o ganho do reconhecimento oficial para a língua” (p.134). Foi com essa diretriz que o início da construção de um saber sobre a língua no/do Brasil, representado pela gramatização brasileira do português, mencionada acima, foi seguido de uma série de ações estatais políticas e administrativas que, num processo (ainda corrente), legitimou uma “língua nacional” e concorreu para consolidar o estatuto de autoria de seus estudiosos, como a fundação da Academia Brasileira de Letras, os programas escolares diferenciados (Colégio Pedro II), os acordos ortográficos, a fundação das faculdades de Letras, a inclusão da Lingüística nos currículos de Letras, a criação dos cursos de pós-graduação em Lingüística, etc, conforme demonstra Guimarães (1996).

Tais estudos se fizeram a partir de posições teóricas que consideram o “sujeito de linguagem”. A construção do conceito de identidade nacional passa a incluir as noções de sujeito enquanto autor de instrumentos lingüísticos e enquanto usuário da língua. A identidade nacional se estabelece na identificação do cidadão brasileiro.

Esse momento histórico de afirmação da nacionalidade brasileira, em que se toma a língua como elemento identitário, foi fortemente marcado por tensões, contradições e polêmicas, conforme indicam estudos produzidos recentemente sobre a questão (Cf., p.ex. Guimarães, 1996, e Pfeiffer, 2001). A polarização de pensamentos acerca da adoção irrestrita ou da

independência irreverente do português de Portugal parece ter sido a tônica de quase todas as questões e contendas, e se arrastou século XX afora.

Para Orlandi (2002, p. 36), a identidade é um movimento dos sentidos e dos sujeitos na história e na relação com o social – ela se constitui pela memória discursiva que, sendo incompleta, descontínua, dispersa e polissêmica, nem sempre possibilita de pronto o seu discernimento como algo específico. Tratando da constituição da identidade lingüística no Brasil, a autora analisa:

No caso do português, podemos dizer, então, que são distintos sistemas simbólicos (o do Brasil e o de Portugal) com distintas histórias (lingüísticas), mas aparentando a mesma materialidade empírica. Daí os equívocos. A observância da (mesma) materialidade empírica não deixa ver (desconhece) a distinta materialidade histórica (p.24).

Neste sentido, Orlandi formula uma outra noção de alteridade: aquela em que as relações de confronto vão além da disputa – apresentam-se como “indistinção”, ou seja, o outro é indistinto, já que empiricamente configura o mesmo objeto simbólico, a língua portuguesa.

A construção das análises feita no domínio dos estudos discursivos e semânticos nos permite avançar na compreensão de que a identidade – e neste particular, a identidade lingüística – está longe de produzir efeitos de perenidade e intocabilidade, sobretudo porque se constitui como movimento na história e na sociedade.

Retomando os conceitos discutidos aqui, é possível perceber alguns pontos convergentes no pensamento dos estudiosos da identidade social e lingüística: 1)- a identidade não existe *per se* nem *a priori*, ela é historicamente construída na sociedade e movimenta-se à custa de conflitos e oposições; 2)- a língua, isoladamente, não pode ser considerada elemento identitário e constitutivo de nacionalidade, mas somente quando associada a outros fatores e símbolos.

Notas

1. Fala-se, nesse particular, do Sapir filólogo comparativista. Na visão antropológica/etnológica agregada posteriormente aos seus estudos, o pesquisador passa a ampliar essa noção.
2. Muito do que se sabe hoje sobre o processo identitário no Brasil e a constituição de uma língua nacional brasileira a partir do século XIX deve-se ao desenvolvimento do programa “História das Idéias Lingüísticas” (convênio UNICAMP/USP/Ecole Normale Supérieure de Lyon), em que se produziu, em menos de uma década, um riquíssimo acervo sobre o assunto.

Referências bibliográficas

- BOURDIEU, Pierre (1983): *Questões de Sociologia*. Trad. Jeni Vaitsman. Rio de Janeiro, Marco Zero.
- BRANDÃO, Carlos R. (1986): *Identidade e etnia: construção da pessoa e resistência cultural*. São Paulo, Brasiliense.
- CASTELLS, Manuel (1999): *O poder da identidade (A era da informação; economia, sociedade e cultura)*, V.2. Trad. Klaus Brandini Gerhardt. São Paulo, Paz e Terra.
- COELHO, Eduardo Prado (1967): *Estruturalismo – antologia de textos teóricos*. Lisboa, Portugalia Editora.
- GOFFMAN, Erving (1980): *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Trad. Márcia Bandeira de Mello L. Nunes. Rio de Janeiro, Zahar Editores.
- GUIMARÃES, Eduardo (1996): “Sinopse dos estudos do português no Brasil: a gramatização brasileira”. In GUIMARÃES, Eduardo & ORLANDI, Eni (orgs.): *Língua e cidadania: o português no Brasil*. Campinas, SP, Pontes (história das idéias linguísticas).
- HOBBSAWM, Eric J. (2002): *Nações e nacionalismo desde 1780*. Trad. Maria Célia Paoli e Anna Maria Quirino. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- LECOURT, Dominique (1980): *Para uma crítica da epistemologia*. Lisboa, Assírio e Alvim.
- MATTOSO CÂMARA, J. (1975): *Dispersos*. Rio de Janeiro. Ed. da Fundação Getúlio Vargas.
- _____. (1971): “Um século de estudos linguísticos nos Estados Unidos da América (1860-1960)”. In SAPIR, Edward: *A linguagem: introdução ao estudo da fala*. Rio de Janeiro, Livraria Acadêmica.
- _____. (1990): *História da Linguística*. Petrópolis, Vozes.
- ORLANDI, Eni P. (2002): *Língua e conhecimento linguístico: para uma história das idéias no Brasil*. São Paulo, Cortez.
- PFEIFFER, Claudia C. (2001): “A língua nacional no espaço das polêmicas do século XIX/XX”. In ORLANDI, Eni P.: *História das idéias linguísticas: construção do saber metalinguístico e constituição da língua nacional*. Campinas, SP, Pontes; Cáceres, MT, Unemat Editora.
- SAPIR, Edward (1971): *A linguagem: introdução ao estudo da fala*. Trad. J. Mattoso Câmara JR. Rio de Janeiro, Livraria Acadêmica.
- SAUSSURE, Ferdinand de. (1995): *Curso de Linguística Geral*. São Paulo, Cultrix.